

- 1 1. Ata da VII Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Defesa do Ambiente - CEDA, realizada  
2 aos nove dias do mês de novembro, de hum mil novecentos e oitenta e sete, conforme  
3 convocação enviada aos membros natos e efetivos do Conselho.
- 4 2. Aos nove dias do mês de novembro, de hum mil novecentos e oitenta e sete, às quatorze  
5 horas, na Sala dos Governadores do Palácio Iguazu, reuniram-se os membros natos e efetivos  
6 do Conselho Estadual de Defesa do Ambiente - CEDA, sendo a presidência dos trabalhos  
7 exercida pelo Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, Dr. Ary  
8 Veloso Queiroz. Como membros natos compareceram os Senhores: Dr. Wagner Pacheco  
9 Brussolo, Procurador Geral do Estado; Geraldo Luiz de Souza representando o Secretário de  
10 Estado da Agricultura, Dr. Osmar Fernandes Dias; Dep. Haroldo Rodrigues Ferreira,  
11 Presidente da Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa. Como membros efetivos  
12 compareceram os Senhores: Paulo Roberto de Souza; Alberto Contar; Roberto Ribas Lange;  
13 Itagiba Geraldo Moretti; Gilberto de Oliveira Borges; Manoel Baltazar Batista da Costa;  
14 Eduardo Kardush; Reinaldo Onofre Skalisz.
- 15 3. O Presidente do Conselho Estadual de Defesa do Ambiente, Dr. Ary Veloso Queiroz  
16 apresentou e colocou em votação a Ata da VI Reunião Ordinária do Conselho Estadual de  
17 Defesa do Ambiente - CEDA, a qual foi aprovada.
- 18 4. O Presidente da mesa, Dr. Ary Veloso Queiroz dá inicio aos trabalhos, deixando a palavra em  
19 aberto. Geraldo Luiz Farias fez uso dela, manifestando o seu desejo de que o Conselheiro  
20 Edson Antônio Lenzi permaneça no Conselho. Em seguida, Rafael Greca de Macedo pede um  
21 apontamento e fala da reabertura da Estradado Colono, lendo o documento elaborado por  
22 parte da Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa e o outros deputados não  
23 pertencentes a mesma, que são contrários a posição adotada no Relatório do Deputado José  
24 Domingos Scarpelini. O Presidente da mesa, Dr. Ary Veloso Queiroz, disse que todos os  
25 assuntos estão sendo discutidos com muita tranqüilidade dentro do espírito democrático, e  
26 solicita que Rafael Greca de Macedo compareça numa próxima reunião para se debater e  
27 aprofundar o assunto. Falou que todas as obras devem preceder de um Relatório de Impacto  
28 Ambiental - RIMA, com uma visão muito realista e que tem sido muito respeitado a nível do  
29 trabalho que vem desenvolvendo. Falou, também, que o somatório de experiências nos  
30 conduza para errarmos menos. Em seguida solicita que Rafael Greca de Macedo desse o  
31 documento para que possam avaliar e colocar o assunto como ponto de pauta para a próxima  
32 reunião. Rafael Greca de Macedo agradeceu e se despediu. O Presidente da mesa, Dr. Ary  
33 Veloso Queiroz, comunica o adiamento do ponto de pauta sobre a Questão Florestal e em  
34 função de uma viagem do Dr. Antônio Acir Breda, a Lei de criação do Conselho Estadual de  
35 Defesa do Ambiente fica para a próxima reunião. Em seguida, o Presidente da mesa, Dr. Ary  
36 Veloso Queiroz, passa para o próximo ponto de pauta, convidando o Dr. Uriald Pawlowski  
37 para fazer sua exposição sobre a Situação Ambiental de Araucária. Terminada a exposição,

38 Dr. Urivald Pawlowski se dispõe a esclarecer qualquer dúvida que possa surgir por parte dos  
39 Conselheiros a respeito do assunto. Roberto Ribas Lange questiona quanto aos padrões  
40 internacionais, perguntou porque não se mede o monóxido de carbono. Dr. Urivald Pawlowski  
41 respondeu que foi uma priorização de parâmetros, e que a medição de monóxido de carbono  
42 não é o mais indicado para esse caso. Continuou, explicando que quando o problema maior é  
43 veículos, aí justifica a medição de monóxido de carbono. O Presidente da mesa, Dr. Ary  
44 Veloso Queiroz definiu as ações que o Conselho tomará para resolver a questão da Situação  
45 Ambiental de Araucária: 1. Recomendação ao Conselho Nacional do Petróleo para que  
46 permita o fornecimento de óleo com baixo teor de enxofre; 2. Ação junto à Secretaria de  
47 Estado da Saúde para agilizar providências; 3. Dar assistência técnica às empresas, pois  
48 entende-se que as mesmas é que devem ser oneradas com o desenvolvimento tecnológico e  
49 não o Estado. Dr. Urivald Pawlowski sugere uma orientação as empresas e que as mesmas  
50 façam o seu auto-monitoramento. Cleverson Vítório Andreoli diz que com relação ao enxofre  
51 será discutido à nível nacional. Será feita uma unidade central. Continua dizendo que a  
52 avaliação dos níveis da poluição são conforme os níveis estipulados pela Organização  
53 Mundial da Saúde - OMS, e que depende de um trabalho científico da Secretaria de Estado da  
54 Saúde. Informou que foi feito um contato com o Ministério da Saúde para fazer esse trabalho  
55 conjunto com a Superintendência dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente - SUREHMA e com  
56 a Secretaria de Estado da Saúde. Paulo Roberto Pereira de Souza, toma a palavra e fala dos  
57 problemas dos odores, como fazer para minorar, e se há no Brasil níveis de padrão de odores  
58 e à nível internacional qual é a situação. Dr. Urivald Pawlowski esclarece que a nível nacional  
59 não existe nenhum nível estipulado e a nível internacional são medidas, mas, esclarece que o  
60 problema não é odor, mas sim o excesso de gases na atmosfera, e seria necessário um  
61 controle da medida dos gases. Paulo Roberto Pereira de Souza questiona se tem condições  
62 da Superintendência dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente - SUREHMA identificar  
63 alternativas para a população entrar na justiça com amparo legal. O Presidente da mesa, Dr.  
64 Ary Veloso Queiroz gostaria, por questão de tempo, da brevidade dos Conselheiros. Reinaldo  
65 Onofre Skalisz discorda que está havendo uma redução da poluição, dizendo estar a situação  
66 de Araucária muito ruim. Disse também, que os dados oficiais quanto à mortalidade são  
67 distorcidos. Falou que os índices da presença de metais pesados são mais altos que o  
68 Município de Cubatão - SP. Dr. Urivald Pawlowski diz que a Superintendência dos Recursos  
69 Hídricos e Meio Ambiente - SUREHMA tem muito que melhorar, mas o que já fazemos tem  
70 diminuído a situação. Estamos fazendo o melhor que podemos e concordamos que falta muito  
71 a fazer. O trabalho da Superintendência dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente é sério e  
72 temos que juntar os esforços para melhorar a situação de Araucária. Cleverson Vítório  
73 Andreoli disse que quanto às estações, foi feito um estudo em Araucária por consultores da  
74 Bahia para definir as partes de colocação das estações. Hoje têm doze (12) estações  
75 funcionando em Araucária, e que, pelos parâmetros analisados pela Superintendência dos

76 Recursos Hídricos e Meio Ambiente - SUREHMA está havendo uma diminuição do nível de  
77 odores. Continua falando que a Superintendência dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente  
78 está buscando consultoria externa para ver o que pode melhorar e saber que instrumental é  
79 necessário à nível de investimento. A Superintendência dos Recursos Hídricos e Meio  
80 Ambiente quer resolver o problema. Itagiba Geraldo Moretti gostaria de saber se a mesma  
81 amostra é analisada em outros laboratórios e se existem várias técnicas para a análise de  
82 uma amostra. Dr. Urivald Pawlowski explicou que na poluição do ar só a Superintendência dos  
83 Recursos Hídricos e Meio Ambiente faz a análise e a metodologia é internacional. Eduardo  
84 Kardush sugeriu que a Superintendência dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente faça  
85 convênios com a Universidade Federal do Paraná e a Pontifícia Universidade Católica do  
86 Paraná. Cleverson Vítório Andreoli esclareceu que no Paraná não existem especialistas na  
87 área. Buscam-se a CETESB, a Universidade da Bahia e a nível internacional o Japão. Haroldo  
88 Rodrigues Ferreira fala da fragilidade do serviço público, das deficiências e da precariedade a  
89 nível nacional. Diz saberem que o odor causa sérios problemas à saúde. Elogia o trabalho da  
90 Superintendência dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente e fala que se aproveite a reunião  
91 para fortalecer as necessidades da comunidade. O Conselheiro Roberto Ribas Lange  
92 apresenta duas (2) propostas para votação: 1ª Proposta: Recomendação ao Conselho  
93 Nacional do Petróleo e Petrobrás - CNP - Propõe encaminhar documento ao Conselho  
94 Nacional do Petróleo e Petrobrás - CNP recomendando providências necessárias ao  
95 fornecimento à Araucária de petróleo com mais baixos teores de enxofre, independente de  
96 estarem ou não sendo atingidos os limites legais na atmosfera. Estão sendo atingidos os  
97 sentidos humanos e o erro de concepção cometido ao ter sido implantado o pólo industrial  
98 excessivamente próximo dos centros urbanos necessita ser minimizado de outras formas. 2ª  
99 Proposta: Recomendação à Secretaria de Estado da Saúde - O Conselho Estadual de Defesa  
100 do Ambiente recomenda as medidas necessárias a criação de condições em caráter de  
101 urgência, para a realização de estudos quanto a vinculação da questão de poluição e saúde  
102 pública em Araucária. O Conselho Estadual de Defesa do Ambiente - CEDA reconhece  
103 eventuais dificuldades e entende que a população não pode ser penalizada pela diminuição da  
104 qualidade de vida em função de dificuldades administrativas, devendo as universidades  
105 colaborar no processo. O Presidente da mesa, Dr. Ary Veloso Queiroz, colocou as propostas  
106 em votação, as quais foram aprovadas. Gilberto de Oliveira Borges gostaria de saber sobre a  
107 questão da erosão pelas condições econômicas de nossas lavouras, e como está o trabalho  
108 da Comissão designada para tal. O Presidente da mesa, Dr. Ary Veloso Queiroz, solicita ao  
109 Secretário Executivo, Cleverson Vítório Andreoli que faça um levantamento dos trabalhos das  
110 cinco comissões que estão em andamento. O Presidente da mesa, Dr. Ary Veloso Queiroz,  
111 passa para o segundo ponto de pauta. A Questão de Agrotóxicos no Paraná. Dr. Wagner  
112 Brussolo Pacheco diz que em decorrência do problema de tramitação dos processos, as  
113 questões relevantes às vezes não chegavam em momento oportuno. A Procuradoria Geral do

114 Estado não perdeu prazos. Foram abertas sindicâncias nos casos em que houveram perdas  
115 de prazos. Quanto a inconstitucionalidade da Legislação do Estado, foi constituída uma  
116 Comissão para rever a legislação. Disse que as empresas conseguiram a  
117 inconstitucionalidade da Lei Estadual, e conseguiram liminar por antecedentes já ocorridos.  
118 Trará ao Conselho Estadual de Defesa do Ambiente - CEDA a proposta de Lei e já convidou  
119 dois (2) técnicos da Secretaria de Estado da Agricultura para ver do aspecto técnico se a Lei  
120 está de acordo. Se reunirá com essa comissão na semana que vem. Salientou ainda, essa ser  
121 uma preocupação da Procuradoria Geral do Estado. O Presidente da mesa, Dr. Ary Veloso  
122 Queiroz comunica a todos os presentes da presença do Dr. Joaquim Munhoz de Mello e diz  
123 que os Conselheiros que quiserem esclarecimentos a respeito dos problemas de agrotóxicos  
124 no Estado do Paraná façam as perguntas. Roberto Ribas Lange diz que mesmo com a lei  
125 inconstitucional houve redução no uso de agrotóxicos, e que estes são urna das prioridades  
126 das Associações Ambientalistas. Dr. Joaquim Munhoz de Mello diz que o problema da  
127 inconstitucionalidade é a questão da iniciativa dos estados do Paraná e Rio Grande do Sul,  
128 havendo o risco da nova Lei ser declarada inconstitucional. Deveria ser feito um trabalho junto  
129 aos constituintes para garantir a constitucionalidade da legislação estadual. Roberto Ribas  
130 Lange entende que os Municípios devam fazer leis mesmo inconstitucionais, como meio de  
131 pressão para que se mude a constituição. Dr. Wagner Brussolo Pacheco explica a dificuldade  
132 de enquadrar as necessidades da população com a constituição. Dr. João Francisco Raitani  
133 de Oliveira diz que a Secretaria de Estado da Agricultura não possui poder para representar o  
134 Estado pois existe órgão adequado que é a Procuradoria Geral do Estado, e que contrário do  
135 que consta da Ata anterior do Conselho Estadual de Defesa do Ambiente - CEDA, não disse  
136 que a Procuradoria Geral do Estado perdeu prazos e sim que o assunto dizia respeito a  
137 Procuradoria Geral do Estado. Dr. Wagner Brussolo Pacheco esclarece que o mandato de  
138 segurança não foi impetrado contra o Estado, mas sim contra a Diretoria Geral da Secretaria  
139 de Estado da Agricultura e a falha com relação a prazos ocorrem. Eduardo Kardush propõe  
140 que a Comissão do Conselho componha também esta Comissão da Procuradoria Geral do  
141 Estado. Dr. Wagner Brussolo Pacheco considera mais viável trazer para o Conselho Estadual  
142 de Defesa do Ambiente o que for resolvido na Comissão e que os componentes da mesma  
143 venham fazer uma exposição. Roberto Ribas Lange diz ser a questão dos Agrotóxicos um dos  
144 grandes problemas a nível econômico e social. O Presidente da mesa, Dr. Ary Veloso Queiroz  
145 diz que, se for necessário, convoca reunião extraordinária quando este estudo estiver  
146 terminado. Em seguida, passa a presidência da mesa para o Diretor Geral da Secretaria de  
147 Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente - SEDU, Arsênio Muratori e retira-se  
148 da reunião. O Presidente da mesa, Arsênio Muratori, pergunta se há alguma questão não  
149 esclarecida do segundo item da pauta. Não existindo, deixa a palavra em aberto. Roberto  
150 Ribas Lange faz uso da palavra dizendo que entende que deve ser solicitado Relatório de  
151 Impacto Ambiental - RIMA para obras públicas. Reinaldo Onofre Skalisz pede que a Secretaria

152 Executiva encaminhe aos órgãos de meio ambiente quais as dificuldades encontradas  
153 referentes as questões levantadas. Eduardo Kardush solicita que os palestras encaminhem  
154 resumo do assunto a ser apresentado. Itagiba Geraldo Moretti pergunta se algum membro  
155 presente tiver proposta a nível de universidade, com relação a meio ambiente que encaminhe  
156 para Londrina, que ele se encarregará de levá-las para o Simpósio "Universidade e Meio  
157 Ambiente" em Belém do Pará. Roberto Ribas Lange diz que o Estado não está cumprindo a lei  
158 sobre o Relatório de Impacto Ambiental - RIMA quanto à Ferrovia da Produção, quanto à  
159 Hidrovia de Ivaí e quanto às Usinas Hidroelétricas. Continua, dizendo que a bem do interesse  
160 coletivo é urgente que se passe a cumprir a lei por que senão estas obras serão embargadas.  
161 Se há descaso do governo quanto ao meio ambiente, as Associações Ambientalistas entraram  
162 com ação judicial. Cleverson Vitório Andreoli agradece a posição de Roberto Ribas Lange por  
163 que essa é a posição da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio  
164 Ambiente e da Superintendência dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente. Itagiba Geraldo  
165 Moretti perguntou quem são as pessoas, hoje legalmente no Brasil, habilitadas para assinar o  
166 Relatório de Impacto Ambiental - RIMA. Cleverson Vitório Andreoli disse que as pessoas  
167 habilitadas deveram ser registradas nos Conselhos de sua área de atuação e a equipe deve  
168 ser multidisciplinar habilitada. Roberto Ribas Lange propõe uma manifestação ao Ministro da  
169 Cultura para que registre Associação de Defesa e Educação Ambiental - ADEA, para fins da  
170 Lei Sarney. O Presidente da mesa, Arsênio Muratori coloca a proposta do Conselheiro  
171 Roberto Ribas Lange em votação, a qual é aprovada por unanimidade. Em seguida, Cleverson  
172 Vitório Andreoli falou das Comissões com trabalhos em andamento e solicitou dos membros  
173 dessas Comissões o posicionamento dos estudos. Paulo Roberto de Souza falou da  
174 existência de um depósito de Agrotóxicos em Maringá e que existe uma preocupação de que  
175 haja um incêndio neste depósito que acarretará em sérios problemas ambientais. Solicita à  
176 Secretaria Executiva que encaminhe à Secretaria de Estado da Agricultura solicitação para  
177 uma melhor conservação deste depósito. Cleverson Vitório Andreoli fala do problema global  
178 da questão do armazenamento de agrotóxicos no Paraná, e da dificuldade de resolver um  
179 problema específico. Geraldo Luiz de Souza diz termos de seguir uma legislação nacional e  
180 esta diz que os agrotóxicos apreendidos de uma empresa que produziu devem ser eliminados  
181 na própria empresa. É inviável a incineração pela Secretaria de Estado da Agricultura em  
182 função do grande volume existente. O Secretário da Secretaria de Estado da Agricultura  
183 solicitou um estudo de viabilizar em uma fazenda da Secretaria para que se faça um cemitério  
184 de agrotóxicos (Para as Quinhentos e cinquenta (550) toneladas). Reinaldo Onofre Skalisz diz  
185 que algumas empresas tem incineradores, outras não. Paulo Roberto Pereira de Souza  
186 sugere que quando uma empresa for apreendida, a mesma deva arcar com a incineração, em  
187 vez do Estado investir no cemitério de agrotóxicos, deve exigir das empresas. Cleverson  
188 Vitório Andreoli levanta a questão da autorização municipal. Dr. Wagner Brussolo Pacheco diz  
189 que o município pode negar. Itagiba Geraldo Moretti não vê a curto prazo, como evitar o uso

190 de agrotóxicos no país. Diz ser necessário pesquisar, através da Engenharia Genética, uma  
191 bactéria para transformar agrotóxicos em matéria inativa. O Presidente da mesa, Arsênio  
192 Muratori falou que vai tentar aglutinar as colocações sobre agrotóxicos e a medida a ser  
193 tomada seria a forma de acondicionamento de agrotóxicos. Entende que as Universidades são  
194 os lugares adequados para desenvolver estudos para solucionar o problema. Paulo Roberto  
195 Pereira de Souza diz que as Universidades deveriam ser mais utilizadas para desenvolver  
196 estudos para o Estado. Trará proposta concreta da Universidade que representa para o  
197 Conselho Estadual de Defesa do Ambiente. O Presidente da mesa, Arsênio Muratori solicita  
198 que a Secretaria Executiva junto com a Secretaria de Estado da Agricultura entre em contato  
199 com a ANDEF para alocar recursos para as Universidades desenvolverem estudos destinados  
200 a solução da questão sobre o lixo de agrotóxicos. Gilberto de Oliveira Borges solicita contactar  
201 com a Secretaria de Educação para ver se tem planos quanto à Educação Ambiental. Roberto  
202 Ribas Lange informa da determinação do Conselho Estadual do Patrimônio Histórico para a  
203 Mineropar cancelar qualquer atividade minerária na Ilha de Superagui por ser área tombada.

204 5. Encerramento - Em seguida, o Presidente da mesa, Diretor Geral da Secretaria de Estado do  
205 Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, Arsênio Muratori, colocou a palavra em aberto  
206 aos presentes e como ninguém fez uso da mesma, agradeceu a presença de todos, e  
207 declarou por encerrada a VII Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Defesa do Ambiente  
208 - CEDA, e eu, Cleverson Vítório Andreoli, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, a qual  
209 assino com os demais membros presentes do Conselho. Curitiba, 09 de novembro de 1987.